



**A voz da mulher na literatura afro-brasileira: um olhar sobre o conto “A escrava”,  
de Maria Firmina dos Reis**

Women's voice in afro-brazilian literature: a look at the tale “A escrava”, by Maria  
Firmina dos Reis

Carla Kühlewein<sup>1</sup>

Silvana Rodrigues Quintilhano<sup>2</sup>

**Resumo:** A colonização brasileira suscitou intersecções culturais que se moldaram a partir de relações de poder, marcada fortemente pelo processo escravocrata. Contudo, emergiu a resistência que trouxe à tona os anseios de reconstrução da identidade cultural. Nesse sentido, este artigo objetiva analisar o conto “A escrava” (1887), de Maria Firmina dos Reis, com intuito de evidenciar traços precursores da literatura afro-brasileira, consolidada a partir de um ato de resistência política e cultural.

**Palavras-chave:** Resistência. Identidade Cultural. Literatura Afro-Brasileira. Maria Firmina dos Reis.

**Abstract:** Brazilian colonization gave rise to cultural intersections that were shaped by power relations, strongly marked by the slavery process. However, a resistance emerged that brought about the yearning for the reconstruction of cultural identity. In this sense, this article aims to analyze the short story “A escrava” (1887), by Maria Firmina dos Reis, in order to highlight precursor traits of Afro-Brazilian literature, consolidated from an act of political and cultural resistance.

**Keywords:** Resistance. Cultural Identity. Afro-Brazilian Literature. Maria Firmina dos Reis.

## **Introdução**

A história da Literatura Brasileira, especificamente no século XIX, constituiu-se a partir de percepções eurocêntricas. Segundo Bosi (1994), a história cultural brasileira é marcada por um “complexo colonial de vida e pensamento” pois, durante o processo de colonização, o Brasil submete-se a uma tentativa de apagamento de sua cultura; perde sua língua, seu sistema do sagrado e recebe em troca o substituto europeu, o que Silviano Santiago (1978) considera como o renascimento colonialista, ou seja, pelo extermínio dos traços originais brasileiros, pelo esquecimento das suas origens, o fenômeno da duplicação da cultura europeia se estabelece como única regra de civilização.

Somente após a Independência, em 1822, o Brasil iniciou um processo de reconstrução de sua identidade cultural. A literatura converte-se numa progressão gradual de conscientização nacional, enquanto a diminuta intelectualidade brasileira num “instinto de nacionalidade” - Machado de Assis (1873) - traduz a visão utópica de

---

<sup>1</sup> Doutora em Literatura e Vida Social pela Unesp (Assis) e docente colaboradora na Unespar (Apucarana).

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Cultura Contemporânea pela UFRJ (Rio de Janeiro). Doutora em Letras pela UEL (Londrina). Docente na UTFPR – Campus Londrina.

um nacionalismo romântico. Dessa forma, o romance e as formas poéticas, disseminados no século XIX, suprimem da historiografia autores que não convergiam com esse projeto nacionalista, formando uma seleta excludente, por exemplo, em relação à poética feminina, de negros, que não coadunavam com a “cor local”, pois iam além do indianismo e do nacionalismo.

Assim, concomitante ao projeto nacionalista, surgem outras vertentes literárias, de forma múltipla e diversa, tal como a produção poética

[...] dos remanescentes de africanos submetidos à hegemonia do embranquecimento como vacina contra a morte social. E, ainda, submetidos a um pensamento científico que praticamente proibia de se declararem negros ou mulatos, a exemplo de Maria Firmina dos Reis. (DUARTE, 2014, p. 27).

A voz suprimida do negro, contudo, explicita a proeza de denunciar sua percepção da realidade escravocrata brasileira e suas consequências sociais, políticas e econômicas. Literatura que não pode ser considerada manifestação “sobre o negro”, mas “pelo negro”. Nessa esteira, além de Maria Firmina dos Reis, incluem-se nesse rol: Paula Brito, Luiz Gama, Machado de Assis, Gonçalves Crespo, José do Patrocínio e Cruz e Souza.

Enfim, considerando a produção poética negra do século XIX e a incipiente formação de uma literatura afro-brasileira, este artigo objetiva analisar a voz poética da escritora negra Maria Firmina dos Reis, a partir da análise do conto “A escrava”, publicado em 1887, evidenciando sua representatividade como literatura afro-brasileira desse período.

### **Contextualização sócio-histórica de escritores afro-brasileiros do século XIX**

Antes, porém, de se analisar a narrativa de Firmina é necessário compreender o contexto de produção dessa voz, feminina e negra, em um contexto desfavorável a sua escuta. Um breve recuo ao início do século XIX leva ao Romantismo, cuja proposta estética conduz escritores à busca por uma identidade nacional. Para Edmilson de Almeida Pereira (s.d., p.2 - grifo nosso), “A urgência do momento levou-os a estabelecerem relações entre *indianismo* e *nacionalidade* e a saudarem a natureza como personificação da alma”. Mas nem todos os escritores nesse período (bem como em outros) aderiram a essa proposta estética, justamente por serem negros e não encontrarem no índio sua identidade. Como consequência, tiveram sua produção literária expurgada da tradição literária brasileira.

É por esse motivo que Pereira (s.d. p. 3) define a produção afro-brasileira como a “tradição fraturada” da Literatura Brasileira, que surge a partir da necessidade de “afirmação” e “inserção” no conjunto de obras desse rol. Nesse sentido, o pesquisador elenca uma série de escritores que, ao lado de Cruz e Souza, Gonçalves Dias, Lima Barreto e Machado de Assis, são responsáveis por obras relevantes que trazem o negro à cena literária brasileira. Integram essa lista os poetas Laurindo José da Silva Rabelo,

Tobias Barreto de Menezes, Antonio Gonçalves Crespo, Lino Guedes, Solano Trindade; na prosa, José do Patrocínio e, finalmente, Maria Firmina dos Reis.

Apesar de a lista de autores afro-brasileiros no século XIX ser relativamente extensa, nela ainda predomina a visão estereotipada do negro com vistas ao seu branqueamento, como propõe Domicio Proença Filho (2004). Para ele, essa literatura se consolida enquanto tal somente a partir do século XX, quando surgem movimentos em prol dessa causa, como periódicos especializados: *Menelik* (1915-1935), *O clarim da alvorada* e *Voz da Raça* (1924-1937), e também a Frente Negra Brasileira (1931) e antologias *Axé* (1982), *A razão da chama* (1986) e *Poesia Negra Brasileira* (1992).

Diante desse quadro, pode parecer que pouco resta de contribuição dos escritores do século XIX, mas o pesquisador, longe de ser categórico, soluciona a questão apontando que, analisadas em conjunto, a produção literária desses autores contribui para a formação de um panorama da literatura afro-brasileira, que, em certa medida, questiona os estereótipos, os quais ora reforçam ora rejeitam ora ainda pairam nesse entremeio. Nesse sentido: “as contribuições linguísticas colocadas em evidência na nossa língua portuguesa do Brasil, podem, entre outros traços, contribuir, através da transfiguração na literatura, para o melhor conhecimento e o redimensionamento da presença do negro na sociedade brasileira”. (PROENÇA FILHO, 2004, p.187). Assim, o empenho de escritores como Maria Firmino em trazer ao centro da narrativa personagens negras nas condições precárias da escravidão e subserviência a todo um sistema regulatório, com fortes indícios de oralidade e perspectiva abolicionista, pode ser considerado, para a época, uma atitude inovadora dentro da produção afro-brasileira.

Nesse contexto é preciso destacar ainda a expressão da causa negra nos jornais desse período, os quais, de acordo com Duarte (2021, p.1), exercem o papel de “formuladores discursivos no processo de construção de um perfil identitário e comportamental para os brasileiros afrodescendentes”. Apesar de terem tiragem e circulação limitada, tais veículos “Tinham como bandeira o combate à discriminação e a elevação moral, social e econômica do vasto contingente oriundo do regime escravocrata e abandonado à própria sorte” (Idem), assim abriam espaço para a inserção do negro na sociedade via cultura letrada. Fazem parte desse escopo os jornais *A liberdade*, *Sentinela*, *O Kosmos*, *Getulino*, *O Clarim*, *O clarim d'alvorada* e *Elite*, por exemplo, todos editados em São Paulo, na década de 1920.

É nessa mesma década que ocorre a transição da imprensa artesanal para a industrial, conforme pontua Nelson Werneck Sodré (1996). Esse evento teria levado a produção jornalística a adquirir um viés mais capitalista e reduzir drasticamente o espaço dedicado às colaborações literárias, reduzindo-as a nota de rodapé, ao suplemento ou folhetim. Assume-se a isso o fato de que, entre o final do século XIX e início do XX, os livros veiculados no Brasil eram publicados na Europa e chegavam ao país apenas para (re)impressão, de modo que os jornais eram o veículo de comunicação disponível para escritores literários divulgarem suas obras. Nesse sentido, como ressalta Mônica Rodrigues Nunes (2011, p.3):

Alguns autores ganharam grande notoriedade com a publicação de trabalhos literários e de folhetins nas páginas da imprensa periódica. Por outra parte, a literatura, através dos romances-folhetins, foi um recurso

usado por jornais, revistas e outras publicações dos séculos XIX e XX para ganhar público leitor e, conseqüentemente, aumentar o lucro obtido com a venda de exemplares.

Machado de Assis e José de Alencar foram alguns dos escritores que divulgaram suas obras em romances-folhetins até que tivessem a oportunidade de publicá-los em livro no território brasileiro. Ao lado deles, porém sem desfrutar de igual notoriedade, Maria Firmino dos Reis estreava o romance-folhetim *Úrsula*, fortemente influenciada pela perspectiva abolicionista, tendência que Miriam Ferrara (1986) identifica já nos primeiros registros de jornais negros no Brasil, no século XIX.

Os folhetins estimularam a formação de um público leitor ávido pelos jornais diários, a seção reservada à produção literária contava com capítulos estruturados de modo a instigar a leitura do próximo, e assim sucessivamente. O que no início era destinado a funcionar como uma espécie de rodapé (rés do chão) tornando-se um novo gênero literário, com características e leitores específicos, como registra Marilyse Meyer (1996, p.59):

Brotou assim, de puras necessidades jornalísticas, uma nova forma de ficção, um gênero novo de romance: o indigitado, nefando, perigoso, muito amado, indispensável folhetim “folhetinesco” de Eugène Sue, Alexandre Dumas pai, Soulié, Paul Féval, Ponsul du Terrail, Montépin etc.etc.

O novo gênero literário é marcado pelo corte preciso (de modo a gerar suspense e instigar a continuidade da leitura), e a simplificação das personagens, quesitos que Maria Firmino dos Reis cumpre de modo a viabilizar seu ingresso no rol da Literatura Brasileira. Ainda que a escritora se sujeite a uma postura que promove, em certa medida, seu branqueamento, ela se mantém fiel à proposta de questionar a escravidão a que os negros eram submetidos, é o que se observa em “A escrava”.

### **A representatividade da literatura afro-brasileira no conto “A escrava”**

Ainda que muitos críticos literários sejam reticentes quanto a definições e conceituações de uma literatura afro-brasileira, por caracterizar uma particularidade, até mesmo com caráter excludente, devendo considerar apenas a cultura de um povo, há aportes teóricos que reconhecem essa particularização pelas especificidades de uma cultura múltipla.

De acordo com Duarte (2014), alguns aspectos caracterizam um texto como pertencente à literatura afro-brasileira, a saber, primordialmente, não se trata de considerar somente o sujeito afrodescendente, mas aquele que está inserido no “universo humano, social, cultural e artístico de que nutre essa literatura” (IANNI, 1988 *Apud* DUARTE, 2014, p.29). Ao considerar os críticos literários, Edimilson de Almeida Pereira (1995 *Apud* DUARTE, 2014, p. 28) concebe a essa literatura um “critério pluralista”, que em uma vertente dialética pode se demonstrar como uma das faces da literatura brasileira, sendo constituída de diversidades. Ressalva Duarte (2014, p. 28)

que, “é, portanto, no âmbito dessa expressão historicamente múltipla e desprovida de unidade que se abre espaço para a configuração do discurso literário afrodescendente em seus diversos matizes”.

O teórico pontua ainda que há uma flexibilização da concepção de literatura afro-brasileira, que se desdobra em elementos identificadores, tais como: a) temática, b) autoria, c) ponto de vista, d) linguagem, e) público. Dessa forma, a escrita afro-brasileira não se configura apenas pela cor da pele de quem compõe o texto, mas também por atribuições individuais, próprias do processo de miscigenação. Há que se ter um ponto de vista que se identifique com a problemática, com a história e com a cultura, assim como linguagem e discurso específicos, perpassados por traços africanos, fortemente determinados pela oralidade, e compilados em um processo de transculturação corrente. O que valida a correlação “Autor – Obra – Público”, de Antonio Candido (2006), endossada por Duarte (2008) a demanda de um público leitor requerente deste tipo de texto afro-brasileiro.

### **Temática**

Ao considerar a questão temática em “A escrava”, evidencia-se a pertinência pela reconstrução histórica do negro na sociedade brasileira, considerando, de forma contundente, a tônica da escravidão e sua segregação na sociedade brasileira.

O conto foi publicado em 1887, na *Revista Maranhense*, às vésperas da abolição da escravatura, decretada oficialmente em 1888, pela Lei Áurea. Desse modo, o próprio título já oferece pistas acerca da abordagem contemplada na narrativa. A narradora, uma mulher branca abolicionista, traz à cena derradeira a protagonista Joana, escrava, que declara os maus feitos do regime escravocrata através das misérias de sua vida.

Joana é fruto da miscigenação entre índio e negro. Seu pai compra-lhe a liberdade, porém, após a morte dele, Joana é reivindicada pelo senhor Tavares para o trabalho escravo. Assim se segue até que a mãe da escrava percebe que haviam sido enganados, pois a carta de alforria era uma forja, e, desapontada, adocece e morre.

No transcorrer dos anos, Joana tem dois filhos (Carlos e Urbano), vendidos ainda pequenos para um traficante de escravos, fato que desperta nela transtorno psicológico; restando-lhe apenas o filho Gabriel. Todas essas informações estão diluídas no conto que se concentra na cena da fuga de Joana, já à beira da morte. A narradora encontra a escrava aos berros e, posteriormente, o filho Gabriel; dando-lhes abrigo. As reflexões da narradora externam a perspectiva abolicionista, evidenciada sobretudo pela descrição que ela oferece acerca do “algoz” de Joana:

Não viu, minha senhora, interrogou com acento, cuja dureza procurava reprimir –, não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge douda... Tenho as calças rotas de correr atrás dela por estas brenhas, já não tenho fôlego.

Aquele homem de aspecto feroz era o algoz daquela pobre vítima, compreendi com horror.

De pronto tive um expediente. – Vi-a, tornei-lhe com a naturalidade que o caso exigia; – vi-a, e ela também me viu, corria em direção a este lugar;

mas parecendo intimidar-se com a minha presença, tomou direção oposta, volvendo-se repentinamente sobre seus passos. Por fim a vi desaparecer, internando-se na espessura, muito além da senda que ali se abre (REIS, 2019, p.177).

Chama atenção a prontidão da narradora em atender ao apelo de Joana, o que se justifica pelo comprometimento, revelado ao longo do texto, com a causa abolicionista. Fato acentuado quando o capataz se retira, e Joana, interpelada pela narradora, relata situações vividas, e em seguida morre. Mas Senhor Tavares, ao tomar conhecimento do ocorrido, vai até a casa da narradora para resgatar Gabriel. O que sucede é um diálogo entre dois senhores, em que a capacidade argumentativa feminina se sobressai à masculina, resultando na conquista da liberdade de Gabriel e no desfecho glorioso do conto:

– Desculpe-me, senhor Tavares, disse-lhe:  
Em conclusão, apresento-lhe um cadáver e um homem livre.  
Gabriel ergue a fronte, Gabriel é livre!  
O senhor Tavares, cumprimentou, e retroce-deu no seu feroso alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre. (REIS, 2019, p. 188).

O encerramento da narrativa que apresenta a trajetória de um negro (Gabriel) da escravidão à liberdade, expõe uma conquista relacionada diretamente aos preceitos abolicionistas da época. Ainda que os louros dessa vitória sejam conferidos à uma mulher branca (que bem poderia simbolizar a Princesa Isabel que promulga a Lei Áurea), há, de certa forma, um grito de liberdade, ainda que evoque, necessariamente, a figura do colonizador.

Nessa perspectiva, Fanon (1983) esclarece que textos que reconstituem a memória de lutas e polemizam o discurso colonial investem no apagamento de toda história, cultura e civilização existentes, para aquém ou além dos limites da sociedade branca dominante (*Apud* Duarte, 2014, p.30). Assim o faz Maria Firmina dos Reis ao reconstituir a história do escravo no Brasil, da relação dos papéis sociais e da feição vergonhosa que imprime à sociedade brasileira, conforme se observa no discurso da apropriada narradora:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Em balde procurará um dentro nós convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... (REIS, 2019, p. 175).

Em tom de denúncia, o tema “escravidão” é abordado num desdobramento de vozes: a da escrava Joana, das impressões de uma narradora abolicionista e do viés poético da escritora negra Maria Firmina dos Reis. Efetivamente, o objeto (negro) torna-se sujeito dessa história, já que a voz de Joana é latente quanto às queixas dos feitos da escravidão. Assim, a temática, pelo viés da narradora, torna-se apelativa, como se ela fosse a porta-voz das angústias de um povo oprimido pelo peso da escravidão. Um papel que somente alguém na posição do colonizador poderia exercer, reforçando a medida de quem somente quem escraviza pode libertar. Tais reflexões conduzem aos elementos biográficos de Firmina, pertinentes para compreender a questão mais amiúde.

## **Autoria**

De acordo com Duarte (2014), a autoria pondera desde fatores biográficos, fenotípicos, até a aleatoriedade temática, promovendo inclusive autores brancos. Nesse sentido, abarca-se desde as identidades miscigenadas, ou até mesmo ao reducionismo de produção com assuntos a respeito do negro. Contudo, há ressalvas, principalmente no século XIX, acerca de autores negros que “não reivindicam para si tal condição, nem a incluem em seu projeto literário” (DUARTE, 2014, p. 32), que leva a desconsiderar os fatores sociológicos, tais como a cor da pele ou condição social.

Dessa forma, “é preciso compreender a autoria não como um dado ‘exterior’, mas como uma constante discursiva integrada à materialidade da construção literária”, revelando-se assim uma autoria que conjuga “escritura” e “experiência”, aspectos que evidenciam um “compromisso identitário e comunitário, seja no tocante à sua própria formação de artistas da palavra. (DUARTE, 2014, p.32-33).

No caso de “A escrava”, trata-se da autoria de Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, brasileira, que vivencia o evento do abolicionismo no século XIX. A pertinência da temática denota uma escritora que adota essa vertente de pensamento, fazendo frente às mazelas raciais da escravidão no Brasil, tornando-se precursora da literatura afrodescendente. Assim Firmina traz para a escrita traços biográficos de sua trajetória como escritora, mulher e negra, projetando sua experiência em uma sociedade patriarcalista e escravocrata.

Em “A escrava” Reis essa trajetória e o grito pela liberdade ecoam no desdobramento de vozes (narradora, personagem, autora), conforme destacado anteriormente, e que ressoam, por exemplo, na afetividade que a mulher abolicionista desenvolve ao longo do conto, tanto por Joana quanto por Gabriel, conforme se observa na descrição da seguinte cena:

E os soluços da mãe, confundiram-se por muito tempo, com os soluços do filho.

Era uma cena tocante, e lastimosa, que despedaçava o coração.

Ah! Maldição sobre a opressão! Maldição sobre o escravocrata! (REIS, 2019, p. 182).

A voz emprestada da autora à protagonista, revela o tom de indignação diante das condições subalternas do negro. E assim parece instigar o leitor a entoar conjuntamente

o que parece ser uma espécie de hino à liberdade: “Maldição sobre a opressão! Maldição sobre o escravocrata!”. Ao passo que, as mulheres do século XIX estavam às vistas dos afazeres domésticos, Reis, autodidata, se alfabetizou e se tornou professora. Enquanto, notoriamente os homens ditavam as letras literárias brasileiras, a autora buscou seu espaço e traçou o percurso da voz da mulher negra na sociedade brasileira. Ecoou em seus registros literários a coletividade do negro, reivindicando sua identidade autoral, como ocorre no conto em questão, no qual promove o desdobramento da voz da mulher negra na perspectiva da narradora abolicionista e da personagem escrava.

### **Ponto de Vista**

Trata-se da “visão de mundo autoral e o universo axiológico no texto” (DUARTE, 2014), ou seja, a representação estética das vicissitudes do poeta, suas perspectivas e pertinências ideológicas. Em “A escrava”, Reis explicita a afrodescendência ao falar da escravidão, pois, conforme Pereira (2017, p. 1139) “não se tratava de uma crítica ao possível atraso político ou econômico em relação às outras nações, contudo, era uma crítica respaldada nos princípios da dignidade humana.”. Aspecto presente na voz da narradora, que registra um discurso engajado aos seus ouvintes, caracterizados por ela mesma como “pessoas distintas” e “bem colocadas na sociedade”:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassomburada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Embalde procurará um dentro nós convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... (DUARTE, 2019, p. 175).

O objeto escravo, caracterizado pela sociedade brasileira do século XIX, encontra na escrita de Reis a denúncia do esfacelamento social e da condição subalterna desse elemento. Fato evidenciado na fala de Gabriel, o único filho que restara da linhagem de Joana, e, portanto, o único que pode dar voz aos oprimidos pelo sistema escravocrata do país:

– Amanhã, continuou ele, hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar. Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. (REIS, 2019, p. 179).

Gabriel é, em última instância, o mediador confesso, o responsável por intermediar a relação entre Joana e a narradora abolicionista e permitir que o final da



temível saga em torno dos negros obtivesse um final feliz, ao menos para ele. Dessa forma, a afro identificação transpõe as amarras sociais, condicionando a uma tradição revolucionária da escrita da mulher negra brasileira. Daí o caráter precursor da produção literário de Maria Firmina dos Reis.

## Linguagem

Duarte (2014, p. 38) enfatiza que “a literatura costuma ser definida, antes de tudo, como linguagem, construção discursiva marcada pela finalidade estética”. Assim, a literatura afro-brasileira é construída a partir das práticas linguísticas do universo negro, como uma semântica específica. No conto em questão, revela-se na fala do algoz de Joana a brutalidade no tratamento com a foragida:

– **Maldita negra!** Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos à procura da **preguiçosa**... Ora! Hei de encontrarte; mas, deixa estar, eu te juro, será esta derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge! (REIS, 2019, p. 177, grifos nossos).

Contrastando a explícita crueldade, o compadecimento da narradora, denota o desamparo e a subalternidade:

Longe de lhe ser hostil, o **pobre negro** compreendeu que eu ia talvez minorar o rigor de sua sorte; parou instantaneamente, cruzou as mãos no peito, e com voz súplice, murmurou algumas palavras que eu não pude entender. [...]  
Ouvia-o, sem o interromper, tanto interesse me inspirava o **miserio escravo** (REIS, 2019, p. 179, grifos nossos).

Vale ressaltar que é comum encontrar na literatura do século XIX personagens negras representadas pelo signo da inferioridade, mas com uma carga semântica de “bom servil”, “escravo contente”, “cordiais”. Estereótipo reforçado pela voz da narradora: “O escravo é olhado por todos como vítima – e o é./O senhor, que papel representa na opinião social?/ O senhor é o verdugo – e esta qualificação é hedionda” (REIS, 2019, p. 176).

Nesse conto, recupera-se a figura do escravo pelo viés da “revelia”, ou seja, da insubordinação e sua condição de escravo pela falta de opção ou de forças para mudar a situação, ficando assim à mercê do auxílio do colonizador, representado pela figura da mulher abolicionista. Mas, afinal a quem esse texto se destina: aos leitores adeptos do mesmo viés político ou aos contrários a ele (como forma de “convertê-los à causa abolicionista)? Ou ainda aos próprios negros que se identificam com as personagens escravas e enxergam em sua trajetória um propósito a seguir? Buscando investigar essas indagações, ruma-se para a compreensão do público ao qual se destina a produção literária de Maria Firmina dos Reis.

## **Público**

Ao tratar da questão do horizonte recepcional afrodescendente, na literatura de Maria Firmina dos Reis, disseminada no século XIX, provoca-se uma fratura. Uma vez que se trata de um público sem acesso ao letramento, conforme se observa no conto a ludibriação do senhor Tavares quanto à “falsa carta de alforria” que vendida à mãe de Joana, relatada com pesar por ela própria à narradora:

Nunca a meu pai passou pela ideia, que aque-la suposta carta de liberdade era uma fraude; nun-ca deu a ler a ninguém; mas, minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu--o a ler, àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando (REIS, 2019, p. 183).

O fato explica, por exemplo, o emprego da oralidade como recurso da própria narrativa. Ao trazer para a boca de uma mulher a responsabilidade de relatar a um público elitizado, Reis justifica o tom oral e assim pode contar com a flexibilização de expressões, especialmente na fala das personagens, como no momento em que a narradora conversa com Gabriel diante da eminente possibilidade da morte de Joana:

- Sossega, disse-lhe, vendo assomar ao morro, donde observavam tudo que acabo de narrar, os meus criados, que me procuravam; – espera, disse-lhe:
- Vou fazer transportar tua mãe, à minha casa, e lhe farei tornar à vida.
- Diga, minha senhora, ordene.
- Não moro presentemente longe daqui. Sabes a distância que vai daqui à praia? Estou nos banhos salgados.
- Sei, sim, senhora, é muito perto. Que devo então fazer?
- Tu, e estes homens – os criados acabavam de chegar – vão transportá-la imediatamente à minha morada, e lá procurarei reanimá-la (REIS, 2019, p.180).

Afora expressões como “então” e “Sei, sim senhora”, há outro elemento que indica a presença da oralidade nessa narrativa: a estrutura. Organizado em diálogo, muitas vezes sem as marcações linguísticas próprias (abertura e fechamento das falas com o sinal de travessão, por exemplo), ela flui de forma mais livre, aproximando-se do contador de histórias, figura característica da cultura africana (akpalô). Em última instância, a narradora, mesmo não trazendo na pele as características do afrodescendente, incorpora uma das entidades mais tradicionais dessa cultura, para libertá-la do julgo do colonizador.

De modo que, nessa época, Reis torna-se uma espécie de porta-voz dos negros escravos da sociedade brasileira, em vésperas da abolição. Por isso a necessidade de combater as ideologias favoráveis ao processo de escravidão, mostrando o outro lado da situação, consolidando “o papel social da literatura na construção da autoestima.” (DUARTE, 2014, p. 41). Em outras palavras, o papel assumido pela autora em vida é

igualmente desdobrado nas figuras femininas do conto. É através na pele da escrava Joana que Reis encontra a possibilidade de revelar o peso da escravidão e na pele branca da mulher abolicionista que a efetivamente ecoar o grito de liberdade (“Maldição sobre a opressão! Maldição sobre o escravocrata!”).

### Considerações Finais

Em meio ao “renascimento colonialista” que se impõe aos brasileiros (Santiago), extirpando trações originais desse povo em detrimento de mera replicação do discurso europeu, emerge a literatura afro-brasileira, no século XIX, sob a pena dos descendentes de escravos marcados por séculos de apagamento.

Esse grupo de escritores nutre-se do contexto múltiplo em que estão imersos (Duarte) e passa a produzir e divulgar sua produção literária, em jornais e revistas, gerando assim um horizonte recepcional afrodescendente. Estimulados por questões identitárias e biográficas, tais escritores encontram nesses veículos de comunicação uma maneira de expressar, pelo viés literário, sua voz em meio à trajetória de vida subalterna, imposta pelo colonizador branco de procedência europeia.

É nesse contexto que Maria Firmina dos Reis produz estabelece sua produção literária. Sob a dialética do discurso abolicionista *versus* escravocrata, no conto “A escrava”, compõe uma narrativa calcada no desdobramento da voz da mulher, na perspectiva da abolicionista (branca) e da escrava (negra), unidas em um só propósito: liberdade.

### Bibliografia

- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- REIS, Maria Firmina dos. *A escrava*. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/977-maria-firmina-dos-reis-a-escrava>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- DUARTE, Eduardo de Assis (coord.) **Literatura Afro-Brasileira**: 100 autores do século XVIII ao XX. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Lino Guedes**: imprensa e folhetim negro na década de 1920. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-masculinos/639-lino-guedes-imprensa-e-folhetim-negro-na-decada-de-1920-eduardo-de-assis-duarte>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- FERRARA, Miriam Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- NUNES, Mônica Rodrigues. **O Folhetim no século XX em jornais paulistanos**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Recife, Pe, 2 a 6 de setembro de 2011.
- PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Panorama da literatura afro-brasileira**. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/147->

edimilson-de-almeida-pereira-panorama-da-literatura-afro-brasileira. Acesso em: 4 abr. 2021.

PROENÇA FILHO, Domício. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. *Estudos Avançados* 18, 2004.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. Imperialismo e neoliberalismo. **Princípios** - *Revista teórica, política e de informação*, agosto/setembro/outubro 1996.